



TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL 5ª REGIÃO

ASSESSORIA JURÍDICA DA DIRETORIA-GERAL (T5-DG-AJ)

PARECER Nº 302/2023

Processo Administrativo n.º 0005589-40.2023.4.05.7000.

PAD n.º 147/2023. Fornecimento e instalações de vidros (Portas e Bandeiras), conforme descrito no Termo de Referência n.º 36/2023 - DAP. Parecer favorável, com fundamento no artigo 75, inciso II, da Lei n.º 14.133/2021 e/c a Instrução Normativa n.º 1/2023 TRF5-DG. Atualização dos valores do limite da dispensa de licitação estabelecida pelo Decreto n.º 10.922/2021.

1. Relatório.

Em observância ao que estabelece o Ato n.º 219/2021 da Presidência deste Tribunal, o presente processo administrativo é apresentado para análise desta Assessoria Jurídica, em face da solicitação de contratação de empresa especializada em fornecimento e instalação de fechamento em vidro (portas e bandeiras laterais) do Edf. Sede e Ampliação, consoante descrição constante do corpo do PAD n.º 147/2023.

A Diretoria de Administração Predial - DAP, unidade técnica demandante, assim justificou a contratação (doc. 3490582):

“Atendimento à necessidade de implementação de ações de conservação dos prédios da Administração Pública, especificamente ao fornecimento e instalação para reparo de áreas com vidros danificados do Edf. Sede e Ampliação.”

A Administração promoveu o procedimento de dispensa eletrônica, na forma prevista nos incisos I e II do art. 75, da Lei n.º 14.133/21 e em consonância com a Instrução Normativa n.º 1/2023 TRF5-DG.

Pela análise do resultado da Dispensa Eletrônica (doc. 3713666), verifica-se que as empresas ENGLOBAK COMERCIO E SERVICO LTDA; WALMIR G. DA FONSECA INSTALACÃO E MANUTENCÃO E P&M SERVICE LTDA oferecerem as propostas mais vantajosas.

Os autos foram instruídos com os seguintes documentos, anexados eletronicamente:

1. Documento de Formalização de Demanda n.º 124/2023 (doc. 3490582);
2. Termo de Referência n.º 36/2023 (doc. 3499622);
3. Aviso de Dispensa Eletrônica n.º 66/2023 e respectiva publicação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Portal Eletrônico do TRF5 (docs. 3657953; 3657963 e 3657978);
4. Resultado de dispensa eletrônica (doc. 3713663);
5. Documentos de habilitação (docs. 3708383; 3708388; 3708457; 3708460; 3708465; 3708492);
6. Declaração de regularidade fiscal e trabalhista, colhida no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, indicativa da seguinte situação da empresa ENGLOBAK COMERCIO E SERVICO LTDA: Receita Federal e PGFN, com validade até **23/01/2023**; Trabalhista, com validade até **24/01/2024**; FGTS, com validade até **07/09/2023**; Receita Estadual, com validade até **09/09/2023**; e Receita Municipal, com validade até **15/10/2023** (doc. 3729101).
7. Declaração de regularidade fiscal e trabalhista, colhida no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, indicativa da seguinte situação da empresa WALMIR G. DA FONSECA INSTALACÃO: Receita Federal e PGFN, com validade até **10/10/2023**; Trabalhista, com validade até **26/11/2023**; FGTS, com validade até **31/08/2023**; Receita Estadual, com validade até **07/10/2023**; Receita Municipal, com validade até **27/08/2023** (docs. 3729105; 3729704 e 3729708);
8. Declaração de regularidade fiscal e trabalhista, colhida no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, indicativa da seguinte situação da empresa P&M SERVICE LTDA: Receita Federal e PGFN, com validade até **07/01/2023**; Trabalhista, com validade até **09/01/2024**; FGTS, com validade até **07/01/2024**; Receita Estadual, com validade até **08/10/2023**; Receita Municipal, com validade até **16/09/2023** (docs. 3729109 e 3731731);
9. Pedido de Autorização de Despesa – 147/2023, com os campos devidamente preenchidos (doc. 3646492);
10. Solicitação de empenho (docs. 3713820; 3713821 e 3713824);
11. Informação do saldo para dispensa de licitação (doc. 3654380);
12. A Divisão de Programação Orçamentária informa que a presente despesa tem adequação com a Lei Orçamentária para o presente exercício e compatibilidade com o Plano Plurianual para os exercícios futuros e registra que a despesa será classificada no Programa de Trabalho n.ºs 168455, sendo indicado:

Unidade Orçamentária (UO):	12.106
Ação:	4257 – Julgamento de Causas

Plano Orçamentário:	0000 – Julgamento de Causas na Justiça Federal
PTRES:	168455

Exercício	Natureza da Despesa	Valor	Reserva	Centro de Custos
2023	339030.24	R\$ 31.925,65	2023 PE 000 297	DAP-Custeio

É o que há de relevo para ser relatado.

Passo a opinar.

2. Análise Jurídica.

Inicialmente é oportuno ressaltar que a análise em comento, realizada com base no art. 53, § 4º, da Lei n.º 14.133/2021 c/c art. 3º, inciso XI, da IN n.º 1/2023 TRF5-DG, cingir-se-á estritamente aos aspectos jurídico-legais do pedido, vez que as questões técnicas, contábeis e financeiras fogem à competência desta Assessoria Jurídica.

2.1. Da possibilidade jurídica de contratação direta.

Em regra, as obras, serviços, compras e alienações, da Administração Pública submetem-se à obrigatoriedade de realização do procedimento licitatório, nos termos do art. 37, inc. XXI, da Constituição Federal.

Todavia, o próprio dispositivo constitucional reconhece a existência de exceções à regra ao efetuar a ressalva dos casos especificados na legislação, quais sejam a dispensa e a inexigibilidade de licitação, senão vejamos:

"Art. 37. (...)

(...)

XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações."

A ressalva no texto constitucional, portanto, se refere à possibilidade de existirem casos em que a licitação poderá deixar de ser realizada, de modo que a Administração Pública fica autorizada a celebrar contratações diretas, por dispensa e por inexigibilidade de licitação.

Verifica-se que o presente procedimento se enquadra numa daquelas exceções, porquanto se ajusta à previsão contida no art. 75, inciso II, da Lei n.º 14.133, de 01 de abril de 2021, que dispõe sobre hipótese de dispensa de licitação.

Reza o referido dispositivo:

Art. 75. É dispensável a licitação:

(...)

II - para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), no caso de outros serviços e compras;

Oportuno registrar ainda que o Decreto n.º 11.317/2022 atualizou os valores estabelecidos na Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, de modo que aquele inciso II do caput do art. 75 passou a corresponder a R\$ 57.208,33 (cinquenta e sete mil duzentos e oito reais e trinta e três centavos).

Por sua vez, os valores do objeto da presente contratação encontram-se assim discriminados: R\$ 8.532,00, em favor da empresa ENGLOBAK COMERCIO E SERVICO LTDA; R\$ 6.113,00 para a empresa WALMIR G. DA FONSECA INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO e R\$ 7.776,00 em prol da empresa P&M SERVICE LTDA. Dessa forma, não se verifica óbice para contratação direta, dada a dispensabilidade da licitação.

2.2. Do processo de contratação direta.

A realização do processo de contratação direta por dispensa de licitação, fundamentado na Lei n.º 14.133/2021 precisa guardar observância ao artigo 72, que assim dispõe:

Art. 72. O processo de contratação direta, que compreende os casos de inexigibilidade e de dispensa de licitação, deverá ser instruído com os seguintes documentos:

I - documento de formalização de demanda e, se for o caso, estudo técnico preliminar, análise de riscos, termo de referência, projeto básico ou projeto executivo;

II - estimativa de despesa, que deverá ser calculada na forma estabelecida no art. 23 desta Lei;

III - parecer jurídico e pareceres técnicos, se for o caso, que demonstrem o atendimento dos requisitos exigidos;

IV - demonstração da compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido;

V - comprovação de que o contratado preenche os requisitos de habilitação e qualificação mínima necessária;

VI - razão da escolha do contratado;

VII - justificativa de preço;

VIII - autorização da autoridade competente.

E, no âmbito deste Tribunal Regional Federal da 5ª Região, há de ser também observada a Instrução Normativa n.º 1/2023 TRF5-DG, que estabelece os procedimentos internos para contratação de bens e serviços por dispensa de licitação, na forma eletrônica.

Estabelece a referida IN que as dispensas de licitação de que tratam os incisos I e II do art. 75, da Lei n.º 14.133/21 serão formalizadas mediante o Sistema de Dispensa Eletrônica integrante do Sistema de Compras do Governo Federal – Comprasnet 4.0 e observarão os procedimentos definidos na Instrução Normativa SEGES/ME n.º 67, de 08 de julho de 2021.

No caso sob exame, os documentos juntados aos autos bem demonstram que foi realizada a dispensa eletrônica consoante prevê a IN n.º 3/2022 TRF5-DG, inclusive com as devidas publicações no Portal da Transparência do TRF 5ª Região e no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

Demais disso, observa-se que a Administração valeu-se da melhor proposta obtida na Dispensa Eletrônica n.º 25/2022, cujo valor se encontra aquém da estimativa de preço levantada pelo setor competente (doc. 3292156).

De se ver, ainda, que as empresas ENGLOBAL COMERCIO E SERVICO LTDA; WALMIR G. DA FONSECA INSTALACÃO E MANUTENÇÃO e P&M SERVICE LTDA apresentaram propostas mais vantajosas, atendendo aos interesses da Administração (doc. 3713666).

Por sua vez, necessário verificar a presença dos elementos enumerados no supracitado art. 72, Lei n.º 14.133/2021, que no presente caso foi atendida.

Destaca-se que foram juntados aos autos os **documentos de formalização de demanda**, bem como o **termo de referência**, contendo os elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado, para caracterizar o objeto requisitado.

Demais disso, consta a estimativa da despesa e foi informado que há compatibilidade da previsão de recursos orçamentários e o valor a ser contratado.

2.3. Da aferição dos valores que atendam aos limites referidos no inciso II do caput, do art. 75, da Lei n.º 14.133/21.

Para demonstrar que houve respeito aos valores limites para a dispensa de licitação, a Diretoria Administrativa informou que o saldo disponível para a presente contratação, dentro do sistema “PDM/CATSERV”, está em conformidade com o regramento do § 1º, do art. 75, da Lei n.º 14.133/21 c/c o art. 4º, § 2º, incisos I e II, da IN SEGES/ME n.º 67/2021, com as alterações promovidas pela IN SEGES/MGI n.º 8/2023 (doc. 3654380).

2.4. Do exame das minutas contratuais.

Uma vez verificado que a contratação direta aqui pleiteada se alinha aos ditames da legalidade, passo a avaliar as minutas contratuais juntadas (docs. 3727200; 3727226 e 3727229) e verifico que as cláusulas ali postas se encontram em harmonia com os requisitos essenciais preconizados pela Lei n.º 14.133/2021, com o previsto no Termo de Referência (doc. 3491739) e com as demais cláusulas consideradas imprescindíveis pela Administração em razão da peculiaridade do objeto deste contrato.

2.5. Da necessária publicidade.

É bem certo que a Lei n.º 14.133/21 priorizou a divulgação das contratações por meio do Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), o que, no caso em análise, foi devidamente providenciado por ensejo da realização da dispensa eletrônica.

E ainda, o Parágrafo único do art. 72 daquela mesma lei exige que o ato que autoriza a contratação direta ou o extrato decorrente do contrato deverá ser divulgado e mantido à disposição do público em sítio eletrônico oficial.

Destarte, na hipótese aqui em comento, recomenda-se que o ato de dispensa seja publicado no Diário Eletrônico deste Tribunal Regional Federal da 5ª Região, em conformidade com a Resolução n.º 29, de 26 de outubro de 2011, e em observância aos princípios constitucionais da publicidade e da eficiência.

3. Conclusão.

Com essas considerações, restritamente aos aspectos jurídico-formais, esta Assessoria Jurídica da Diretoria-Geral opina favoravelmente à contratação de empresas especializadas em fornecimento e instalação de fechamento em vidro (portas e bandeiras laterais) do Edf. Sede e Ampliação, através de contratação direta das empresas ENGLOBAL COMERCIO E SERVICO LTDA (itens 1; 2; 4; 5 e 7); WALMIR G. DA FONSECA INSTALACÃO E MANUTENÇÃO (itens 3 e 6) e P&M SERVICE LTDA (item 8), com fundamento no artigo 75, inciso II, da Lei n.º 14.133/2021 c/c a Instrução Normativa n.º 1/2023 TRF5-DG e a Instrução Normativa SEGES/ME n.º 67, de 08 de julho de 2021, em conformidade com as condições insculpidas no PAD n.º 147/2023.

É o parecer que submeto à apreciação superior.

Em 25 de agosto de 2023.



Documento assinado eletronicamente por **ROBERTO GONDIM AROUCHA, DIRETOR(A) DE NÚCLEO**, em 25/08/2023, às 12:03, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **CAMILA KAREN DE OLIVEIRA BARBOSA, Servidora**, em 25/08/2023, às 13:53, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.trf5.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **3735802** e o código CRC **C424DAB3**.



TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL 5ª REGIÃO

DECISÃO

Processo Administrativo n.º 0005589-40.2023.4.05.7000.

Acolho, com esteio no art. 50, § 1º, da Lei 9.784/99, os termos do Parecer da Assessoria Jurídica da Diretoria-Geral n.º 302/2023, para autorizar a contratação de empresas especializadas em fornecimento e instalação de fechamento em vidro (portas e bandeiras laterais) do Edf. Sede e Ampliação, através de contratação direta das empresas ENGLOBAK COMERCIO E SERVICO LTDA (itens 1; 2; 4; 5 e 7); WALMIR G. DA FONSECA INSTALACÃO E MANUTENÇÃO (itens 3 e 6) e P&M SERVICE LTDA (item 8), com fundamento no artigo 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021 c/c a Instrução Normativa n.º 1/2023 TRF5-DG e a Instrução Normativa SEGES/ME n.º 67, de 08 de julho de 2021, em conformidade com as condições insculpidas no PAD n.º 147/2023.

Adjudico o objeto e homologo o procedimento, nos termos da IN nº 67/2021.

Por conseguinte, autorizo a emissão de nota de empenho em favor das referidas empresas.

Encaminhem-se os autos à Diretoria Administrativa, para conhecimento e cumprimento.

Publique-se no Diário Eletrônico deste Tribunal, bem como, no Portal da Transparência, e ainda, no Portal Nacional de Contratações Públicas.



Documento assinado eletronicamente por **TELMA ROBERTA VASCONCELOS MOTTA**, **Diretora-Geral**, em 26/08/2023, às 04:58, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.trf5.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **3735822** e o código CRC **35472B51**.